



PROGRAMA DA CHAPA 1 RESISTÊNCIA E LUTA

UM POUCO DE HISTÓRIA

Para que possamos entender as reviravoltas por que passam hoje os servidores públicos federais, um pouco de história é importante para dar uma ideia do que ocorre nas várias mudanças de governos com diferentes orientações políticas.

No final da década de 70 o INPI iniciou um processo de reestruturação, especialmente voltado para a área de patentes, na ocasião constituída por quadro reduzido de servidores, sem vínculo institucional por um período e admitidos, após concurso interno, realizado nessa mesma época. Foram cerca de 150 trabalhadores que, como os anteriores, através do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da COPPE da UFRJ, receberam treinamento em busca e exame de pedidos de patente. Esses trabalhadores começaram como contratados por tempo determinado e, ao final deste contrato, foram contratados por intermédio de fundações, como por exemplo, a extinta FTI – Fundação de Tecnologia Industrial e o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.



No final de 1981 o governo terminou com a contratação indireta através de fundações e, da noite para o dia, inúmeros trabalhadores do INPI ficaram sem qualquer vínculo empregatício, mas seguiram trabalhando em suas tarefas na autarquia, recebendo seus vencimentos em espécie. Era uma situação absurda, principalmente se vista pela ótica atual. Não havia nenhuma segurança em relação ao pagamento pelos serviços. E nem qualquer segurança jurídica ou social.

Em 1982 esses funcionários começaram a se insurgir contra a situação que já perdurava por quase um ano e procuraram seus sindicatos de classe, iniciando um movimento para que sua situação funcional fosse regularizada.

O movimento trouxe a criação da Tabela de Especialistas, que permitiu a contratação desses funcionários e a regularização de sua situação trabalhista. Porém, nessa oportunidade o INPI vetou a contratação dos líderes do movimento, numa tentativa de esmagar qualquer resquício de iniciativas de lutas por direitos trabalhistas de seus funcionários.

Uma das consequências desse movimento foi a criação da AFINPI, em 1985, que assumiu o papel de entidade classista de luta, numa época em que a organização sindical dos servidores federais era ilegal. Embora denominada Associação, a AFINPI nunca deixou de assumir seu papel de entidade representativa.

Várias conquistas foram alcançadas ao longo desses 30 anos de luta, tais como auxílio-creche, auxílio-transporte, plano de saúde, tíquete-refeição, concurso interno para ascensão funcional (86/91), o Regime Jurídico Único, a migração dos funcionários do PCC (Plano de Classificação de Cargos) para a Tabela de Especialistas, o retorno dos demitidos de 82, a criação do SINTRASEF, a reversão das demissões e disponibilidades do governo Collor, o Plano de Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, a realização de Concursos Públicos para ingresso no INPI, o primeiro deles em 1998, além do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, vigente a partir de 2000.

Mais tarde, com a necessidade de ampliar a articulação política entre as entidades representativas dos órgãos ligados à Ciência e Tecnologia (INPI, INMETRO, INPE, CTA, CNEN, Fiocruz, INT, dentre outros), criou-se em 1991 o Fórum de C&T, cuja luta se consolidou com a aprovação do Plano de Carreiras da Área de C&T, em 1993.

OS DESAFIOS QUE VAMOS ENFRENTAR

O momento atual é de grandes desafios. Muitas mudanças, que poderão afetar drasticamente o serviço público e todos nós servidores públicos federais, ativos e aposentados, vêm sendo anunciadas. As promessas do novo governo sobre a revogação de inúmeros atos do governo anterior que se contrapõem aos interesses dos servidores não se cumpriram até o momento. Da mesma forma não está ocorrendo a contento o prometido diálogo entre o governo e as entidades representativas dos servidores.

Uma extensa reforma administrativa se apresenta no horizonte do atual governo, inclusive com uma possível retomada da PEC 32, enquanto a imprensa divulga a intenção de uma reestruturação nas Carreiras do Serviço Público. Muito se fala de mudanças no regime de aposentadoria dos servidores, inclusive alcançando aqueles já aposentados, e as medidas instituídas pelo Decreto 10.620/2021 e pelas Portarias ME Nº 8.374/2021 e INSS Nº 1.365/2021, que centralizam no INSS a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões das autarquias podem ser um primeiro passo para isso.

O processo de desmonte pelo qual passaram as instituições públicas nos últimos governos deixou cicatrizes perversas. A ausência de concursos públicos por anos se refletiu em déficit de servidores nos vários órgãos do serviço público. Muitas instituições se encontram inativas por falta de servidores. Outras ainda tentam dar conta da demanda com quadros insuficientes submetidos a cargas de trabalho exaustivas e pressões insustentáveis, o que vem causando não apenas um indesejado êxodo de servidores como doenças ocupacionais e transtornos psicológicos. A insatisfação é uma constante hoje no serviço público.

O programado Concurso Público para o próximo ano nem de longe suprirá a carência de mão de obra e recuperar a capacidade operacional dos órgãos públicos.

A ausência de Concurso Público para servidores de Nível Intermediário demonstra claramente que o governo pretende suprimir de seus quadros esses servidores a médio e longo prazo, a exemplo do que tem ocorrido com os de Nível Auxiliar em muitos órgãos. A utilização de trabalhadores temporários ou terceirizados é uma das táticas que estão sendo empregadas pelo governo para descartar os servidores de nível intermediário, da mesma forma que a instalação de Sistemas de Inteligência Artificial. Todo esse processo vem ocorrendo sem qualquer discussão com os servidores e a sociedade.



De forma semelhante a implementação do Programa de Gestão e Desempenho – PGD, da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, ocorreu no INPI sem a devida discussão interna. De forma ditatorial foi imposto um “pedágio” de 30% a mais na produção para os servidores que aderiram ao programa em regime de teletrabalho. Será que as horas trabalhadas em home office têm 78 minutos e não os 60 de praxe? Esse “pedágio” é absurdo e impõe mais pressão sobre os servidores.

Nos governos anteriores os servidores deixaram de ter seus salários reajustados, o que levou a perdas de cerca de dois terços de seu poder aquisitivo. Enquanto as entidades representativas reivindicavam a reposição salarial de 67%, com um reajuste emergencial de 26,93%, o governo ofereceu apenas 9%, o que mal cobre a inflação desse ano, ou seja, nós continuamos vivendo com apenas 1/3 do que ganhávamos em 2016!

Enquanto isso os Planos de Saúde sofreram reajustes muito acima da inflação nesse período, o que, aliado à redução do poder aquisitivo e ao congelamento do per capita, tomou inviável para grande parte dos servidores arcar com os custos de um seguro de saúde.

Em relação a uma política de Propriedade Industrial há uma grande luta pela frente. É imprescindível reconstruir os princípios de uma política voltada para o desenvolvimento tecnológico, científico e econômico do país, com foco na defesa dos interesses da indústria brasileira, dos pequenos e microempresários e da sociedade brasileira. Contrariamente ao interesse nacional, o INPI continua sendo guiado por interesses de grandes empresas trans e multinacionais que se utilizam de seu poder econômico para manipular os rumos da instituição. Através de normas, portarias e de alterações em manuais de exame, amparadas por pareceres da AGU e da Procuradoria, vários procedimentos do INPI vêm sendo alterados ao arpejo da Lei. Embora tenhamos obtido êxito na extinção do parágrafo único do Artigo 40, que criava uma injusta extensão do prazo de vigência

de patentes, muitas medidas que alteram substancialmente o espírito da Lei de Propriedade Industrial continuam imperando no INPI. E novas medidas mais graves vêm sendo estudadas e podem colocar em risco a credibilidade do INPI como um dos órgãos internacionais com boas tradições na qualidade dos exames técnicos.

AS PROPOSTAS DA CHAPA RESISTÊNCIA E LUTA

Nós da Chapa Resistência e Luta apoiamos totalmente os pleitos dos servidores já consolidados em assembleias dos últimos anos:

1) Adesão ao movimento geral dos servidores públicos federais:

- pela rejeição da proposta de Reforma Administrativa (PEC 32),
- pela reposição de perdas salariais da categoria, pela recomposição dos valores dos benefícios (tíquetes e per capita saúde complementar),
- pela recomposição do quadro de servidores do serviço público federal, contra a contratação temporária e terceirização para atividades fins no serviço público,
 - pela garantia às autarquias da capacidade de cumprimento de suas funções com autonomia, conforme previsto no texto constitucional,
 - pela revogação das normas do Governo Federal que centralizam no INSS a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões das autarquias (p. ex.: INPI) e fundações públicas federais (Decreto 10.620/2021; Portaria ME Nº 8.374/2021; e Portaria INSS Nº 1.365/2021);
 - a importante e aguerrida luta pela participação da AFINPI nas mesas negociais.

2) Por um INPI democratizado, subordinado a mecanismos de controle social, a serviço da sociedade, da comunidade científica e tecnológica, dos inventores e da empresa nacional, com dirigentes comprometidos com a nossa história e com a moralidade, escolhidos através de mecanismos efetivamente democráticos, não clientelistas, esta será nossa luta, que engloba:

- Abertura de discussão sobre a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, com participação dos servidores do INPI e de setores da sociedade;
 - Discussão de garantia de construção de processos de gestão participativa efetiva na Instituição;
 - Continuidade dos Concursos Públicos para preenchimento de todas as vagas nas Carreiras do INPI;
 - Cessaçãõ imediata da contratação temporária e da terceirização das atividades das Carreiras do INPI;
 - Efetivo processo de negociação com a direção do INPI para tratar da pauta de reivindicação dos servidores;
 - Restabelecimento da Comissão Paritária de Carreiras do INPI, CCINPI para tratar dos assuntos pertinentes ao Plano de Carreiras e Cargos do INPI, conforme a Lei 11490/07;
 - Discussão democrática com a Direção do INPI sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD, inclusive sobre teletrabalho, com reflexos nas metas de produção e outras questões;
 - Ação dos 45% - suspensão imediata da cobrança administrativa dos valores recebidos há mais de 30 anos e imediata restituição dos valores já descontados; responsabilização do INPI pelos eventuais danos causados pela manipulação feita pela Autarquia nos demais descontos preexistentes a fim de ajustar a margem consignável;
 - Restabelecimento de política de qualificação e valorização das atividades e carreiras do INPI, com o fim da flexibilização de exames em todas as áreas técnicas, decorrentes de medidas promovidas por gestões antidemocráticas do INPI, com a imediata anulação dos atos administrativos que vêm corrompendo as atividades executadas pelo INPI em todas as suas áreas de atuação.
 - Contratação direta pelo INPI de um plano de saúde para os servidores e seus familiares com base na Portaria Normativa nº 1, de 9 de março de 2017 do Secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público;
 - Garantia de recursos para acesso às bases de dados para execução com qualidade do trabalho de exame de direitos de Propriedade Industrial;
 - Garantia de recursos de segurança de dados e outros para CGTI, sem prejuízo de investimentos nas outras áreas;
 - Abertura de discussão sobre os métodos de cálculo dos dados institucionais referentes ao backlog, ao dimensionamento da força de trabalho e às metas de produção;
 - Fim das restrições de acesso às dependências do INPI aos aposentados e pensionistas.

3) Precisamos nos juntar e unificar nossas lutas em prol de uma base forte e combativa. Nesse sentido nos propomos a realizar estudos e discussões sobre a viabilidade de transformação da AFINPI em Sindicato, a exemplo de outras associações, coirmãs, como a FIOCRUZ e a ASSIBGE, por exemplo.

A chapa “RESISTÊNCIA E LUTA” é composta por:



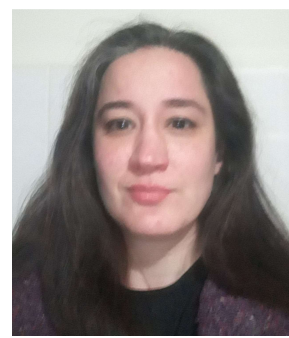
Vânia Gerairdine
Presidente



Sandra Duboc Bastos
Vice-Presidente



Suzana Borba Cruz
Diretora Financeira



Letícia Silveira Eismann
Diretora Administrativa



Telma Bravo Ferreira
Diretora de Benefícios



Robésio Alves Ferreira
Diretor de Comunicação Social

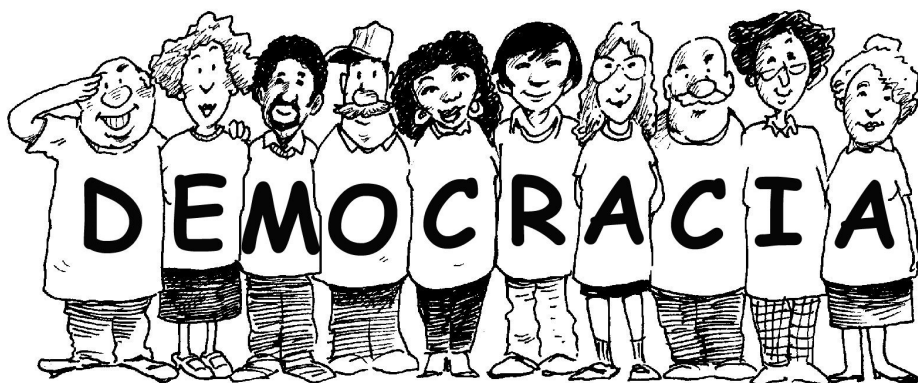


Francisco Amaral Rosário
Diretor Social e Cultural



Sebastião Correa
Diretor de Esportes

Eleições: 7 e 8 de novembro de 2023



É FUNDAMENTAL A SUA PARTICIPAÇÃO!

A AFINPI SOMOS TODOS NÓS